

CPI livra Guerra de envolvimento na máfia

■ Emocionado, depoente prova que não participou das falcatruas no orçamento e declarou bens. Com isso, cativa inquisidores

BRASÍLIA — Após cinco horas de depoimento, o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) foi praticamente absolvido pelos integrantes da CPI do Orçamento. Sete parlamentares registraram oficialmente que nada havia contra o depoente. O senador Mário Covas (PSDB-SP), que se mostrou duro com outros depoentes, fez os olhos de Guerra marejarem quando disse: “Minha avaliação sobre seu depoimento é positiva. É o primeiro depoente que chega aqui com respostas completas”.

Emocionado, o deputado retribuiu a sentença favorável do senador: “Fui seu eleitor para presidente da República”. Covas reagiu logo: “Eu não sabia disso”. Como o senador, outros seis parlamentares fizeram elogios a Guerra, apontado pelo economista José Carlos Alves dos Santos, como integrante da máfia do orçamento. Embora nem todos tenham tido o mesmo gesto de Covas, Guerra disse que saiu “aliviado, até mesmo fisicamente”. A CPI nada encontrou de errado em suas declarações de renda. Seu patrimônio é compatível com seus bens.

O deputado começou a cativar os integrantes logo no início da co-

missão com uma exposição objetiva e direta. Guerra narrou tecnicamente como é feita a elaboração do orçamento, demonstrando que, ao contrário de outros acusados, ele sabe como funciona o sistema de destinação de verbas federais. O senador Francisco Rollemberg (PFL-SE) destacou: “Vossa Excelência é o primeiro que compareceu aqui com domínio absoluto do trabalho da relatoria. Diferente de ontem — dia do depoimento do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) — quando ficou claro que não foi ele que preparou o relatório”.

Indicação — Guerra explicou, ainda na exposição inicial, que, deputado de primeiro mandato, foi indicado relator parcial do setor de transportes por indicação dos políticos de Pernambuco. Em apenas um mês, ele tinha que analisar 2.500 emendas numa comissão sem aparelhamento para esse trabalho. “O que pode fazer um relator em 30 dias?”, perguntou, em tom de crítica. Para concluir seu trabalho, só lhe restou “estabelecer critérios”.

Durante o depoimento, enquanto os elogios aumentavam sua segurança, Guerra chegou a dar conselhos: “É impossível realizar um bom trabalho para o país se não quebrarmos esse sistema viciado e

se o Congresso não criar seu próprio sistema de interferência”. Na sua avaliação, o Legislativo precisa se aparelhar para não depender do Executivo. “Senão daqui a cinco anos vamos ter outra CPI”, advertiu.

As respostas, quase sempre firmes, e o discurso contundente cativaram os inquisidores. “Foi um dos poucos depoimentos onde é possível, pelo menos, discutir política pública”, confessou o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). Pouco depois, foi a vez do senador Luís Alberto (PTB-PR): “Das exposições que eu vi, foi a que mais enriqueceu os trabalhos da CPI”.

Fernando Carrion (PPR-RS), deputado que integra a Subcomissão de Patrimônio, interveio apenas para relatar que nada de irregular foi encontrado nas declarações de renda do depoente. Os rendimentos são compatíveis com os bens: uma fazenda de 119 hectares, um apartamento em Recife e uma casa em Sernambi (PE). Já no final do depoimento, o deputado Carlos Luppi (PDT-RJ) pareceu dar o veredito: “Foi o mais importante depoimento até agora. Vossa Excelência deu a demonstração inequívoca de que agiu com base na legalidade”.

Brasília — Luiz Antônio



Guerra alertou que sistema é viciado e poderá originar novas CPIs